



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Michelle grava propaganda em libras

Candidata ao Senado, Michelle Bolsonaro (PL) quer falar para todos em sua campanha. A ex-primeira-dama protagoniza uma iniciativa inédita na disputa eleitoral do DF: fará uma inserção de propaganda eleitoral de 30 segundos em que apresenta toda a mensagem em Libras, a Língua Brasileira de Sinais. A peça começa a ser exibida hoje, nas emissoras de televisão do Distrito Federal e nos perfis vinculados a Michelle. O principal diferencial da peça está na forma como a comunicação é realizada. Michelle não aparece acompanhada apenas por um intérprete. É ela quem se dirige diretamente ao público em Libras durante toda a propaganda. Essa habilidade de Michelle se tornou pública na posse de Jair Bolsonaro, em 2019, quando a então primeira-dama fez um discurso para surdos que marcou a solenidade.

Reprodução/Instagram



Divulgação



Petistas pedem investigação sobre suspensão de edital do FAC

Os candidatos petistas Erika Kokay, Leandro Grass e Marivaldo Pereira apresentaram representação ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) contra o GDF e a Secretaria de Cultura. O documento questiona a suspensão do edital do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), após o encerramento das inscrições, sob a alegação de falta de recursos. Para os petistas, o caso é grave porque a suspensão interrompe uma política pública fundamental para trabalhadores, artistas e produtores culturais do DF. A representação questiona como um edital pôde ser lançado e receber inscrições sem que houvesse recursos garantidos para sua execução e aponta indícios de bloqueio ou possível remanejamento de verbas que deveriam estar destinadas ao funcionamento do próprio FAC.

Diálogo para reduzir a judicialização na saúde

O corregedor da Justiça do Distrito Federal, desembargador Arnaldo Camanho, reuniu-se ontem com o secretário de Saúde do Distrito Federal, Juracy Cavalcante, para debater redução da judicialização da saúde. O encontro, realizado na Corregedoria do TJDF, contou também com a participação dos juízes auxiliares Pedro Yung-Tay Neto e Fernanda de Bem. Durante a visita institucional, o secretário expôs as principais dificuldades enfrentadas pela pasta e propôs a construção de um diálogo contínuo com o Tribunal para atenuar a judicialização da saúde.

Divulgação/TJDF



Justiça suspende lei que cria fundo para ajudar superendividados

O Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) concedeu medida cautelar para suspender a eficácia da Lei Complementar Distrital 1.059/2025, que incluiu entre as prioridades do Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor do Distrito Federal a oferta de crédito com juros subsidiados para consumidores em situação de superendividamento. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi proposta pelo ex-governador Ibaneis Rocha. Segundo o pedido, a norma criou uma política de crédito ao prever a concessão de financiamento em condições favorecidas para consumidores superendividados, matéria que, de acordo com a Constituição Federal, é de competência privativa da União. De autoria do deputado Gabriel Magno (PT), a proposta foi vetada pelo governador à época, em dezembro de 2025, mas a Câmara Legislativa derrubou o veto.

Carolina Curi/Agência CLDF



Pedro Santana/CB/D.A Press



Luz verde na chapa

O TRE-DF liberou, por 5 a 1, a candidatura de Gustavo Rocha a vice de Celina Leão. O tribunal entendeu que as agendas do candidato não feriram os prazos de desincompatibilização. A dúvida caiu por terra após a retificação de uma ata judicial que comprovou que Rocha participava de audiências apenas como ouvinte. Sem o favorecimento apontado inicialmente no processo, a tese de desequilíbrio na disputa ruiu.

Bicho feroz

Na propaganda eleitoral, Paula Belmonte (PSDB) fez uma provocação à governadora Celina Leão (PP), que tem a campanha vinculada à marca da leoa. Ela aparece com um gatinho no colo e diz que não tem medo. “Já enfrentei muita gente que se diz bicho feroz”, diz a deputada distrital que concorre ao GDF.

Divulgação



Ed Alves/CB/D.A Press



Ed alves/CB/D.A Press



Em defesa da candidatura de Arruda

O ex-governador e ex-senador Cristovam Buarque (PSB) voltou a defender ontem a candidatura de José Roberto Arruda (PSD) ao Palácio do Buriti. Segundo Cristovam, Arruda tem uma pena infinita e defendeu que a inelegibilidade contasse apenas oito anos após a condenação colegiada ou oito anos depois do trânsito em julgado da ação que levou à perda dos direitos políticos.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb



Eleições

2026



MISSA DE 7º DIA



Luís Turiba

★ 1950 — † 2026

Com amor, guardamos as lembranças.
Com fé, seguimos o caminho da saudade.

Convidamos familiares e amigos para a
Missa de 7º Dia em memória de Luís Turiba.

Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe
EQS 311/312 Sul - Asa Sul, Brasília - DF, 70634-400

Dia 02/09/2026, às 19h

Contamos com sua presença
para juntos orarmos e celebrarmos sua memória.

Especialistas avaliam prorrogação pelo TSE da data-limite para partidos distribuírem verbas a grupos ainda sub-representados, como mulheres, negros e indígenas

Novo prazo para cotas

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adiou para 8 de setembro o prazo final — encerrado no domingo (30) — para que os partidos distribuam proporcionalmente os recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral, entre candidaturas de mulheres, pessoas negras e indígenas. Para candidaturas femininas, o percentual deve corresponder à proporção de mulheres entre os candidatos do partido, respeitado o mínimo de 30%. Para pessoas negras, a legenda deve destinar pelo menos 30% dos recursos. Já para candidaturas indígenas, a distribuição deve seguir a proporção de candidatos indígenas lançados pelo partido. Apesar das medidas afirmativas, especialistas apontam que as regras não eliminam a desigualdade na distribuição dos recursos e deixam margem para estratégias de contorno da legislação.

Luiz Roberto/TSE



TSE alterou a data-limite de 30 de agosto para 8 de setembro

A advogada especialista em direito eleitoral, cientista política e CEO da Quero Você Eleita, Gabriela Rollemberg, afirma que há forte assimetria na aplicação das verbas. “Persistem práticas como o uso de candidaturas laranjas para cumprir formalmente as cotas, a liberação de

verbas nos últimos dias de campanha e a destinação de recursos sem a efetiva participação das lideranças femininas em sua aplicação”, diz. Neste ano, o adiamento do prazo gera preocupação com o tempo disponível para o acesso aos recursos. A advogada especialista em direito eleitoral e integrante da Comissão de Direito Eleitoral da OAB Priscila Sodré destaca a complexidade da distribuição em todo o país. Segundo ela, os partidos precisam dividir os fundos entre candidaturas nas 27 unidades da Federação, calcular as cotas, avaliar politicamente a destinação e definir quais candidaturas de mulheres, pessoas negras e indígenas receberão as maiores parcelas. “É uma logística complexa que envolve inúmeras transações financeiras, com limitações bancárias, entre outras dificuldades operacionais”, afirma. A campanha eleitoral começou oficialmente em 16 de agosto. Mulheres, pessoas negras e indígenas terão apenas 26 dias de campanha após a data-limite para a distribuição dos recursos. Segundo Priscila, o período reduzido dificulta não apenas a realização das campanhas, mas também a operacionalização dos recebimentos e despesas eleitorais. “Por isso, quanto maior a antecedência do repasse, maiores as chances do cumprimento das regras de cotas de repasses e da destinação lícita e comprovada dos recursos eleitorais”, justifica.